

14 de janeiro de 2021

## Boletim n. 40 – A questão étnico-racial em tempos de crise

No Boletim n. 40, *Caroline Ricca Lee (USP)* reflete sobre a racialização das mulheres dentro de um modelo patriarcal que opera, por meio de diferentes códigos, a submissão de gênero. Como exemplo, a autora discorre sobre o feminismo asiático que, além da igualdade de gênero, luta por mudança cultural. A discussão toma a experiência de mulheres orientais que migraram para o Brasil e que se tornam, na lógica da organização familiar, responsáveis pela transferência e manutenção de uma cultura oriental patriarcal. Ainda segundo a autora, tais condições de opressão dialogam com a xenofobia praticada contra orientais em tempos de pandemia da Covid-19 quando, através de imagens midiáticas, popularizou-se a ideia de um “vírus chines”.

### Feminismo asiático: cultura do silêncio, sobreposição de patriarcados e o debate racial em tempos de Covid-19

Por Caroline Ricca Lee

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA DE ESTRANGEIROS	
NATURALIDADE CIDADE Fukushima-Japão	97030
CABELOS pretos	OLHOS castanhos
COR DA PELLE amarela	LOCAL DE DESEMBARQUE Santos 2
CARACTER DO DESEMBARQUE Definitiva	

Foto: Edição digital "Membros Fantasmas: Fase 1", 2017. Arquivo pessoal da autora.

<sup>1</sup> A instalação "Membros Fantasmas" (2019) é uma produção artística de minha autoria que teve seu início em 2017. Comecei o processo pelo resgate da documentação de minhas avós. Especificamente interessavam-me os registros de suas entradas no Brasil, e eu intervinha sobre os mesmos com edição digital. As sobreposições de imagens e sua natureza difusa refere-se à construção e desconstrução da memória.

14 de janeiro de 2021

## Boletim n. 40 – A questão étnico-racial em tempos de crise

O ano de 2015 foi um marco contemporâneo para a historicidade feminista no Brasil, e o debate sobre gênero ganhou potência particular com a pluralização das redes. Arenas sobrepostas à vida cotidiana, mídias sociais como o Facebook tornaram-se pano de fundo para promover pertencimento, engajar discussões, mas, principalmente, incitar uma revolução. A mobilização em amplo território nacional provinda por centenas de mulheres que ocupavam ruas, campos, escolas, instituições públicas e privadas, culminou no apogeu da nomeada "Primavera Feminista".

Mulheres racializadas, jovens secundaristas, agricultoras e sindicalistas, LGBTQIAP+, feministas em vertentes diversas foram protagonistas de protestos contra violência de raça e gênero, desigualdade salarial, ausência de mandatos femininos na política, direito ao território e ao bem viver, entre outros. Saberes situados coalizaram uma voz em uníssono de forma estratégica. A experiência desse período desembocou na compreensão de como o feminismo ainda era pouco articulado no plural e por meio da diferença. Além disso, fez-se evidente como as autoras brasileiras foram ofuscadas em detrimento de bibliografias euro-americanas, sendo um momento tanto para o resgate dessas autorias, quanto para o arquivamento de novas epistemologias.

A efervescência de tais discussões acerca de autodeterminação, interseccionalidade (CRENSHAW, 1982; MOUTINHO, 2014), decolonialidade e brasilidade atuou como uma potência desestabilizadora do essencialismo contido na universalidade da identidade feminina (BUTLER, 1990, p.39). Ainda desafiou, como diria Mateneni (2017) ao citar Stella Nyanzi, "o 'binário opressivo' (ou seja, homens são homens e masculinos, e mulheres são mulheres e femininas) que 'reforça o patriarcado' e, assim, perpetua o "heterossexismo e o pensamento heteronormativo, [que são] práticas e práxis dos sistemas educacionais formais" (2015,p. 132)." Como parte desses movimentos que visavam disputar a categoria "mulher", grupos constituídos por mulheres de ascendência asiática<sup>2</sup> foram vanguardas para a formação da vertente "feminismo asiático", ao promover inteligibilidade à articulação de marcadores específicos como raça, etnia, migração e geração, revelando experiências incorporadas e generificadas, em intersecções. Ou seja, essas mulheres não apenas vivenciavam uma "primavera" marcada por questões de gênero, mas despertavam para a racialização de seus corpos e identidades, além de estarem imersas num evidente processo de politização que impunha embates a uma genealogia própria. Especificamente, ganhou

---

<sup>2</sup> Segundo HIGA, LEE e MANGHIRMALANI (2019, p. 126), é necessária a visão de que a Ásia é um recorte geográfico que abrange diversos territórios. Assim, o uso de asiático é uma definição étnica para qualquer pessoa que seja nacional ou tenha ascendência de algum desses países. Assim, o termo não se refere exclusivamente às vivências da raça amarela (pessoas de etnias do leste-asiático), mas também de indivíduos marrons (tais como indianos e árabes), e até mesmo algumas identidades lidas como brancas (armênias, georgianos e israelenses, por exemplo).

14 de janeiro de 2021

## Boletim n. 40 – A questão étnico-racial em tempos de crise

muito relevo o modo como o jugo familiar produz no cotidiano relações de transferência e manutenção cultural, no qual ora a tradição se exhibe como forma de autenticidade (HIGA, 2015, p.125), ora significa a preservação de modelos patriarcais e subalternos (SPIVAK, 2010). Dessa forma, revela-se como os deslocamentos não movem apenas pessoas, mas também o ideário de um Estado Nação - que continua constituindo o corpo-território (GAGO, 2020) de tais indivíduos diaspóricos e seus descendentes.

Acompanhando esses desdobramentos, localizo uma própria história familiar, em particular a vivência compartilhada com minha avó materna, uma mulher japonesa que migrou ao Brasil com apenas dois anos. A relação com minha avó leva-me a refletir sobre as ideias de sobreposição de patriarcados e cultura do silêncio. Se, segundo Das (2012), a etnografia pode ser “uma forma de conhecimento na qual venho a reconhecer minha própria experiência em uma cena de alteridade” (2012, p.343), volto-me não para uma análise puramente subjetiva ou individual, mas para sua repercussão sistêmica, que transborda para além das histórias únicas.

Mesmo em novo território, "mulher" continua sendo uma categoria subalterna global. A construção de gênero inscrita na mulheridade performada por essa avó esteve submetida a opressões e ideários provindos de um Estado-nação japonês (no âmbito domiciliar) e também brasileiro (no espaço social). A manutenção desta cultura tradicional asiática tem sua fundação acolhida no ambiente nomeado como "lar", ou seja, território delimitado por fronteiras nomeadoras do doméstico. Aqui, é fulcral notar a dimensão da reprodução social (BHATTACHARYA, 2013; FEDERICI, 2019), especificamente na feminização do trabalho doméstico, promovendo mulheres a cuidadoras do lar, e também mantenedoras da tradição que submerge famílias nesse condensado cultural específico à moradia.

A sobreposição de patriarcados atua mutuamente na imposição de valores morais e na produção de etnicidade e racialização. Essa transmissão se dá através do indizível (DAS, 1999) e em meio cotidiano. O não dito opera através da cultura do silêncio, mecanismo para preservação de códigos de prestígio e moralidade como honra, ordem, e obediência. As raízes históricas de sua estrutura sistemática são múltiplas; assim, onipresentes na filosofia (com valores tradicionais chineses fundados no Confucionismo), em códigos de honra (com o Bushidô e os modos de vida samurai no Japão), na religião (em ideologias religiosas asiáticas como o budismo ou islamismo) e em sistemas sociais (na sociedade de castas e sua relação com o sistema patriarcal no Sul Asiático). Contemporaneamente, os abismos das disparidades entre homens e mulheres aprofundam-se através da desigualdade social, quando a escassez e a precariedade resultam em violência de gênero.

14 de janeiro de 2021

## Boletim n. 40 – A questão étnico-racial em tempos de crise

Todavia, para além de demarcar espaços no qual há nomeação para desigualdades, é necessário adicionar a compreensão como do mesmo modo há espaços múltiplos (e ambíguos) para o agenciamento das diferentes perspectivas provindas de mulheres asiáticas. Quando sociedade brasileira, lar asiático, cidadania negociada, corpo racializado e generificado sobrepõem-se em camadas articulando a vivência, há notoriamente experiências de opressão e sofrimento; porém, há também inúmeras possibilidades para produção de si mesma.

Essas reflexões sobre gênero e raça em torno da identidade asiática inevitavelmente dialogam com tempos presentes e a pandemia de Covid-19. A questão da xenofobia tem sido recorrentemente citada. Porém, a recusa ao estrangeiro e à nacionalidade como forma de prestígio ou desprestígio não é suficiente para encaminhar a discussão. Afinal, o coronavírus foi racializado através da dinâmica de imagens midiáticas produtoras de uma iconografia viral: pessoas chinesas de máscaras (evidenciando o fenótipo marcado pela diferença) e seus "mercados molhados"<sup>3</sup> (relatados por uma visão etnocêntrica intrínseca ao "Ocidente", conforme Said, 1990). Com isso, a nomeação de um "vírus chinês" revela como racismo, colonialismo e imperialismo são indissociáveis e encontram formas atualizadas de manutenção através de perspectivas políticas e econômicas contemporâneas. A corporificação do "inimigo invisível" no fenótipo leste-asiático gerou uma onda de agressões físicas e verbais contra amarelos em diversas partes do mundo. Como estratégia de mobilização em tempos de distanciamento social, novamente as redes sociais foram pano de fundo para uma ampla movimentação denominada "Eu Não Sou um Vírus", protagonizada principalmente por pessoas amarelas que compartilhavam depoimentos sobre ofensivas experienciadas em meio à pandemia.

Fato é que as informações específicas acerca de narrativas asiáticas são ainda escassas, quando não inexistentes. Esta ausência abre vias para violências quando a invisibilidade gera estados de isolamento, objetificação e subjugação. Promover tais espaços de identificação e mobilização contribui para o fortalecimento e a autonomia principalmente de mulheres asiáticas, para a denúncia de sistemas de opressão e promove a autonomia individual e a responsabilidade coletiva. Ampliar o acesso à informação e promover representação são fundamentais para que mais pessoas tenham consciência de que não há papéis e lugares restritos na sociedade em relação a gênero, raça, etnia, sexualidade e deficiência.

---

<sup>3</sup> O termo "wet market" foi originado em Hong Kong e Cingapura, países com abrangência da língua inglesa, para distinguir mercados que oferecem produtos frescos (como hortaliças), dos "dry market" que vendem produtos duráveis (como embalagens seladas e enlatados). Para além, os "mercados molhados" podem ser considerados as feiras livres na China, ou seja, pequenos produtores fornecendo principalmente alimentos provindos da agricultura e pecuária familiar.

14 de janeiro de 2021

Boletim n. 40 – A questão étnico-racial em tempos de crise

*Caroline Ricca Lee* é pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas/USP) e ativista. Fundadora da primeira coletiva feminista na luta por equidade de gênero pelo viés asiático-brasileiro, Plataforma Lótus.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Trad. Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. In: *Revista Outubro*, n. 32, 1º sem., 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 05/01/2021.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 9. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/voll1989/iss1/8>. Acesso em: 05/00/2021.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. vol.14, n.40, pp.31-42, jun., 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1706.pdf>. Acesso em: 05/01/2021.

DAS, Veena. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos: entrevista a Michel Misse, Alexandre Werneck, Patrícia Birman, Pedro Paulo Pereira, Gabriel Feltran e Paulo Malvasi. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.2, n. 5, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331>. Acesso em: 05/01/2021.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, Veronica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

HIGA, Laís Miwa. *Umi Nu Kanata, do outro lado do mar: história e diferença na 'comunidade okinawana brasileira'*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12012016-140524/pt-br.php>. Acesso em: 2020-07-12.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LEE, Caroline R., MAGHIRMALANI, Juily e HIGA, Laís Miwa. Narrativas asiáticas brasileiras: identidade, raça e gênero. In: *Ensaio sobre racismo: pensamento de fronteira*. São Paulo: Balão Editorial, 2019.

14 de janeiro de 2021

## Boletim n. 40 – A questão étnico-racial em tempos de crise

MATEBENI, Zethu. Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer. In: *Revista de Antropologia*, vol. 60, n. 3, p.p. 26-44, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.141826>. Acesso em: 05/01/2021.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: *Cad. Pagu* [online], n.42. pp. 201-248, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>. Acesso em: 05/01/2021.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

---

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre a questão étnico-racial em tempos de crise que será publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

